



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Frederico Ricardo de Almeida Neves

QUARTA CÂMARA CÍVEL
Apelação Cível nº 0107603-1
Apelante: José Cordeiro de Castro
Apelado: Indústria e Comércio Megaó Ltda
Relator: Des. Frederico Ricardo de Almeida Neves
Relator Convocado: Des Substituto Francisco Julião de Oliveira Sobrinho

EMENTA – APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA. TÍTULO EXTRAJUDICIAL EM CÓPIA. VALIDADE. AUSÊNCIA DE PROVA CONTRÁRIA A SUA FORMALIDADE. ILICITUDE DO NEGÓCIO JURÍDICO. ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA. DESCARACTERIZADO. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. NÃO CONFIGURADA. APELO NÃO PROVIDO. Fundando-se a ação de cobrança em cheque de emissão do devedor, sem qualquer irregularidade formal, a alegação de ilicitude do negócio jurídico e de enriquecimento sem causa do credor só pode ser acolhida se amparada em indícios suficientes para demonstrar o ilícito.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível 0107603-1, acordam os Desembargadores componentes da Quarta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, na conformidade da ata de julgamento, à unanimidade de votos, em negar provimento à apelação.

Recife, 18/11/2009.

Des Substituto Francisco Julião de Oliveira Sobrinho
Relator Convocado



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Frederico Ricardo de Almeida Neves

QUARTA CÂMARA CÍVEL

Apelação Cível nº 0107603-1

Apelante: José Cordelro de Castro

Apelado: Indústria e Comércio Megaó Ltda

Relator: Des. Frederico Ricardo de Almeida Neves

Relator Convocado: Des Substituto Francisco Julião de Oliveira Sobrinho

R E L A T Ó R I O

Cuida-se de apelação cível Interposta contra sentença que, em sede de Ação de Cobrança, observado o devido processo legal, acolheu a pretensão deduzida para o fim de condenar José Cordelro de Castro a pagar a Indústria e Comércio Megaó Ltda, a título de ressarcimento, os valores contidos nos títulos executivos extrajudiciais, de forma corrigida e atualizada até a data do efetivo pagamento, determinando que o Apelante arque com os consectários sucumbenciais consistentes nas custas processuais e na verba honorária advocatícia, essa à razão de 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação, a ser apurado por cálculo aritmético.

A sentença apelada reconheceu, como fato gerador, a justificar a cobrança, a validade do negócio e dos títulos, os quais foram investidos das formalidades intrínseca e extrínseca. A decisão objurgada considerou que, diante da existência da dívida gerou para o Apelante o efeito da responsabilização pelo pagamento da mesma (v. fls. 130/131).

Persegue a parte vencida, nas suas razões recursais, a reforma da sentença, para julgar improcedente o pedido autoral, sob o fundamento, resumidamente: 1) não foi apresentado o título executivo na sua via original; 2) ilicitude do negócio jurídico, como o conseqüente enriquecimento sem causa da empresa Apelada (v. fls. 132/134).

E, alternativamente, almeja que seja declarada a nulidade do processo a partir do despacho que transformou a ação de execução em ação de conhecimento de cobrança.

A parte autora, ora Apelada, ofereceu resposta (v. fls. 144/147). Diz que a interposição do recurso é meramente protelatória, o que caracteriza manifesta má-fé do Apelante (CPC, art. 17, VII). E busca o desprovimento do apelo, para ver mantida inalterada a sentença hostilizada.

É o relatório, no essencial. À douta Revisão.

Recife, 04 de outubro de 2007.

Des Substituto Francisco Julião de Oliveira Sobrinho
Relator Convocado



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Frederico Ricardo de Almeida Neves

fl. 163
Dr.

202

QUARTA CÂMARA CÍVEL

Apelação Cível nº 0107603-1

Apelante: José Cordelro de Castro

Apelado: Indústria e Comércio Megaó Ltda

Relator: Des. Frederico Ricardo de Almeida Neves

Relator Convocado: Des Substituto Francisco Jullão de Oliveira Sobrinho

VOTO

O Des Substituto Francisco Jullão de Oliveira Sobrinho (Relator), proferiu o seguinte voto:

A discussão devolvida cinge-se em saber, resumidamente: 1) se a apresentação do título executivo extrajudicial em cópia gera a inépcia da inicial; 2) se houve ilicitude do negócio jurídico, com o conseqüente enriquecimento sem causa da empresa Apelada; e 3) se há nulidade do processo a partir do despacho que transformou a ação de execução em ação de conhecimento de cobrança.

Tenho que não há como conhecer da suposta nulidade do processo a partir do despacho que transformou a ação de execução em ação de conhecimento.

É que, examinando os requisitos de admissibilidade recursal, verifico que o da inexistência de fato impeditivo do poder de recorrer não está preenchido.

Da análise dos autos verifica-se que o pedido de conversão de ação de execução para ação ordinária foi requerido pelo réu, ora Apelante (v. fls. 36/38 e fl.57v).

"A ninguém é dado usar as vias recursais para perseguir determinado fim, se o obstáculo ao atingimento deste fim, representado pela decisão impugnada, se originou de ato praticado por aquele mesmo que pretende impugná-la" (José Carlos Barbosa Moreira, Comentários ao Código de Processo Civil, 12ª edição, p. 340). "Trata-se de regra que diz respeito ao princípio da confiança, que orienta a lealdade processual (proibição do *venire contra factum proprium*)" (Fredie Didier JR. e Leonardo José Carneiro da Cunha, Curso de Direito Processual Civil, vol. 3, 2ª edição, p. 30).

No que concerne ao pedido de inépcia da inicial por apresentação do título executivo extrajudicial em cópia, mostra-se completamente exangue e sem qualquer força persuasiva.

Ora, se o feito foi convertido de ação de execução para ação de conhecimento, não se pode argüir a falta do título extrajudicial, em via original, para instruir a inicial. Nesse sentido:

EMENTA: ACAO DE COBRANCA. CHEQUE ESPECIAL.
TITULO. DESNECESSIDADE DA JUNTADA DOS CHEQUES

p. 164
Qir

203

QUE ORIGINARAM A DÍVIDA. FUNDADA A PRETENSÃO DE COBRANÇA DE SALDO DEVEDOR EM CONTA CORRENTE, EXERCITADA SOB O RITO ORDINÁRIO, EM CONTRATO DE ABERTURA DE CRÉDITO DO TIPO CHEQUE ESPECIAL MUNIDO DE EXTRATOS BANCÁRIOS, DESPICIENDO O ACOMPANHAMENTO, NA INICIAL, DOS CHEQUES ORIGINÁRIOS DO DÉBITO, OPONÍVEIS SOMENTE EM CASO DE PRETENSÃO EXECUTIVA. AÇÃO IMPROCEDENTE. SENTENÇA REFORMADA, APELO PROVIDO. (Apelação Cível Nº 195173190, Segunda Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Carlos Alberto Bencke, Julgado em 07/12/1995).

Despicienda, ainda, a tese desenvolvida pelo Apelante da suposta ilicitude do negócio jurídico, com o conseqüente enriquecimento sem causa da empresa Apelada.

Os títulos exequêndos contêm todos os requisitos para sua validade, não sendo interposto qualquer incidente que demonstrasse a irregularidade dos mesmos.

O Apelante não nega o débito, nem a emissão dos títulos – cheques. Apenas alega a ilicitude do negócio jurídico e o enriquecimento sem causa da empresa Apelada.

Embora seja admissível a investigação da causa *debendi* do título, como forma de se apurar sua causa subjacente, é indispensável que o devedor demonstre, ao menos, indícios dos fatos alegados.

Nesse sentido, é clara a dicção do art. 333, II, CPC, que é ônus processual do réu comprovar o fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor. Não tendo o réu logrado êxito em tal desiderato, não há como julgar improcedente o pedido do autor.

Desse modo, falece razão ao Apelante, que não se desincumbiu do *onus probandi* que lhe competia, devendo ser confirmada a sentença monocrática.

Sobre a questão da litigância de má-fé, suscitada nas contra-razões recursais, entendo que não se caracteriza como manifestamente protelatório o recurso de apelação visando a reforma da sentença, se não restou caracterizado, na hipótese, o interesse de fraudar em juízo ou dolo processual, o qual não pode ser presumido mas, deve ficar claramente evidenciado.

Posto isso, e sem mais delongas, voto no sentido de negar provimento ao recurso, mantida na íntegra a sentença atacada.

Des Substituto Francisco Julião de Oliveira Sobrinho
Relator Convocado



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador Jones Figueirêdo Alves

fl. 165
Qfr
204

Apelação Cível nº 107603-1

Apelante: José Cordeiro de Castro

Apelada: Indústria e Comércio Megaó Ltda.

Relator: Juiz Francisco Julião de Oliveira Sobrinho

Revisor: Des. Jones Figueiredo Alves

VOTO REVISOR:

Trata-se de ação de cobrança, apresentando o autor como prova dois (2) cheques impagos emitidos pelo réu.

Não se cuidando mais de ação de execução e perdendo os cheques a força executiva, nada obsta a sua cobrança pela via ordinária, na qualidade de prova documental do crédito. Hipótese em que, afigura-se desnecessária a apresentação dos originais.

É certo que a autora, estando na posse dos cheques, está legitimada a fazer a cobrança, não podendo, entretanto, evitar a discussão da sua causa. Essa discussão, porém, deve ser provocada pela parte emitente do título, que tem o ônus de trazer ao processo fatos impeditivos, modificativos ou extintivos do direito do possuidor do cheque.

Ademais, o ajuizamento da ação para a cobrança de quantia consubstanciada em cheque não exige a demonstração ou a discussão da causa subjacente que deu origem ao título, porque esse é título cambiário e ordem de pagamento à vista, que independe de comprovação da sua origem.

Neste sentido, reproduzem-se os seguintes precedentes jurisprudenciais:

PROCESSO CIVIL - RECURSO ESPECIAL - AÇÃO MONITÓRIA - INSTRUÇÃO - CHEQUE PRESCRITO - SUFICIÊNCIA - RECURSO PROVIDO.

1 - A teor da jurisprudência desta Corte, na ação monitória fundada em cheque prescrito, é desnecessária a demonstração de sua emissão, cabendo ao réu o ônus da prova da inexistência do débito.

2 - Recurso conhecido e provido para afastar a inépcia da inicial e determinar que o mérito da ação seja analisado pelas instâncias ordinárias.

(REsp 777383/DF, Rel. Ministro JORGE SCARTEZZINI, QUARTA TURMA, julgado em 12/12/2005, DJ 01.02.2006 p. 571)



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador Jones Figueirêdo Alves

fl. 166
205
@f

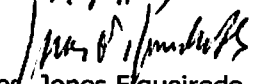
PROCESSO CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO MONITÓRIA. CHEQUE PRESCRITO. INSTRUÇÃO. POSSIBILIDADE. ÔNUS DA PROVA. EMITENTE
1 - Esta Corte tem entendimento assente no sentido de que na ação monitória, instruída com cheque prescrito, é desnecessária a demonstração da causa de sua emissão, cabendo ao réu (emitente) o ônus da prova da inexistência do débito.
2 - Recurso especial conhecido e provido.
(REsp 537038 /RS, Rel. Ministro FERNANDO GONÇALVES, QUARTA TURMA, julgado em 02/08/2005, DJ 22.08.2005 p. 281)

Desse modo, inexistindo prova do adimplemento da obrigação, impõe-se ao réu o dever de pagar.

Nego provimento à apelação, mantendo a sentença pelos seus próprios fundamentos.

É como voto.

Recife, 19.11.05


Des. Jones Figueiredo Alves
Revisor